

BANCO DE CABO VERDE

RELATÓRIO ANUAL

BALANÇO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2009

**Cidade da Praia
2010**

Ficha Técnica

Título: Relatório Anual de 2009

Editor: Banco de Cabo Verde
Avenida Amílcar Cabral, 27
CP 7600 -101 - Praia - Cabo Verde
Tel: +238 2607000 / Fax: +238 2607197
<http://www.bcv.cv>

Paginação e

Impressão: Departamento de Administração Geral

Tiragem: 200 Exemplares

Índice

Nota Preambular	9
Capítulo 1 - Evolução Económica e Monetária	15
1. Decisões de Política Monetária	15
2. Enquadramento Externo	16
3. Actividade Económica Nacional	20
3.1 - Procura e Produção	20
3.1.1 - Consumo.....	21
3.1.2 - Investimento	22
3.1.3 - Comércio Externo de Bens e Serviços	24
3.1.4 - Turismo.....	27
3.2 - Preços	29
4. Evolução dos Agregados Monetários.....	33
4.1 - Desenvolvimentos Monetários e Financeiros.....	33
4.2 - Evolução do Agregado Monetário M2.....	35
4.2.1 - Principais Componentes do M2.....	35
4.2.2 - Principais Contrapartidas do M2	36
4.3 - Base Monetária	38
5. Mercado Financeiro.....	41
5.1 - Mercado Monetário	41
5.2 - Mercado da Dívida Pública	42
5.3 - Mercado de Valores Mobiliários.....	43
6. Política Orçamental	44
6.1 - Receitas e Despesas Públicas	46
6.1.1 - Receitas.....	46
6.1.2 - Despesas	47
6.2 - Dívida Pública.....	49
6.2.1 - Dívida Interna.....	49
6.2.2 - Dívida Externa	51
7. Taxas de Câmbio e Balança de Pagamentos	52
7.1 - Taxas de Câmbio	52
7.2 - Balança de Pagamentos	53
7.2.1 - Balança Corrente	55
7.2.2 - Balança Financeira.....	59
Capítulo 2 - Estabilidade e Supervisão do Sistema Financeiro.....	63
1. Riscos.....	63
1.1 - Risco de Liquidez	64
1.2 - Risco de Crédito	64
1.3 - Risco de Mercado.....	65
2. Sistema Bancário.....	68
2.1 - Regulação e Supervisão	68
2.2 - Estrutura do Sistema Bancário e Parabancário.....	68
2.2.1 - Estrutura do Balanço Agregado do Sistema Bancário	70
2.2.2 - Análise dos Resultados	73
2.2.3 - Rentabilidade	75
3. Sistema Segurador	77
3.1 - Evolução Geral	77
3.2 - Resultados de Exploração	80
Capítulo 3 - Operações do Banco Central e Outras Actividades	85
1. Execução da Política Monetária	85
1.1 - Gestão da Liquidez.....	85
1.2 - Operações de Mercado Aberto	87
1.3 - Facilidades Permanentes de Liquidez	88
1.4 - Disponibilidades Mínimas de Caixa	88
1.5 - Gestão de Reservas.....	89
2. Sistema de Pagamentos.....	90
2.1 - Infra-estruturas de Pagamento	91
2.2 - Redes de pagamento	91
2.2.1 - Rede Vinti4.....	91
2.2.2 - SWIFT	92

2.3 - Sistemas de Liquidação Interbancária	92
2.4 - Meios e Instrumentos de Pagamento.....	93
2.4.1 - Numerário	93
2.4.2 - Cheques.....	94
2.4.3 - Transferências Bancárias	94
2.4.4 - Cartões de Pagamento.....	94
3. Sistemas de Compensação e de Liquidação Interbancária	95
3.1 - Aspectos Organizacionais e Funcionais.....	95
3.2 - Sistema de Gestão de Depósitos e Liquidação – SGDL	96
3.3 - Sistema Integrado de Compensação Interbancária e Liquidação - SICIL	96
3.3.1 - Compensação de Cheques e Documentos Afins.....	97
3.3.2 - Compensação de Transferências Interbancárias.....	98
3.3.3 - Liquidação das Operações da Rede Vintí4 e da Bolsa de Valores.....	98
4. Emissão e Tesouraria	99
4.1 - Circulação de Notas e Moedas	99
4.2 - Emissão de Notas e Moedas	101
5. Actividades do Banco de Cabo Verde.....	102
5.1 - Comunicação Externa e Relações Internacionais.....	102
5.2 - Estatísticas e Estudos Económicos	103
5.3 - Outras Actividades.....	104
5.3.1 - Área Monetária e Cambial	104
5.3.2 - Área de Sistema de Pagamentos.....	104
5.3.3 - Área da Supervisão	105
5.3.4 - Área de Contabilidade.....	105
5.3.5 - Gabinete Jurídico.....	105
5.3.6 - Departamento de Recursos Humanos e Administração	106
5.3.7 - Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários – AGMVM	106
5.3.8 - Gabinete de Auditoria Interna	107
5.3.9 - Gabinete de Micro Finanças	108
5.3.10 - Departamento de Planeamento, Organização e Sistemas de Informação	108
5.3.11 - Gabinete de Apoio ao Consumidor – GAP.....	109
Capítulo 4 - Enquadramento Institucional e Organização.....	113
1. Órgãos de Gestão do Banco de Cabo Verde	113
2. Recursos Humanos.....	114
Capítulo 5 - Balanço e Contas de Resultados.....	117
1. Sumário	117
2. Demonstrações Financeiras	120
Anexos às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2009	125
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.....	155
Relatório de Auditoria Externa.....	161

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Comércio Mundial de Bens e Serviços e PIB	16
Gráfico 2 - Contributos para o Crescimento Anual do PIB Real	21
Gráfico 3 - Importações de Bens de Consumo.....	22
Gráfico 4 - Crédito Bancário para Outros Fins	22
Gráfico 5 - Indicadores de Investimento.....	22
Gráfico 6 - Crédito Bancário para Habitação.....	23
Gráfico 7 - Evolução do Investimento Directo Estrangeiro	23
Gráfico 8 - Evolução do Investimento	24
Gráfico 9 - Exportações de Bens e Serviços	25
Gráfico 10 - Procura Turística	28
Gráfico 11 - Procura e Taxas de Ocupação por Ilhas	29
Gráfico 12 - Índice de Preços no Consumidor	29
Gráfico 13 - Evolução dos Preços Internacionais	30
Gráfico 14 - Índice de Preços no Consumidor – Componentes.....	31
Gráfico 15 - Contributos das principais componentes para a Inflação medida pelo IPC	32
Gráfico 16 - Core Inflation	32
Gráfico 17 - Massa Monetária, PIB Real e Inflação	34
Gráfico 18 - Massa Monetária, Activos Externos Líquidos e Crédito Interno Líquido	34

Gráfico 19 - Composição da Massa Monetária – Dezembro 2009	36
Gráfico 20 - Activos Externos Líquidos do Sistema	37
Gráfico 21 - Fontes da Base Monetária	39
Gráfico 22 - Composição da Base Monetária	39
Gráfico 23 - Reservas Excedentárias/Depósitos Totais	39
Gráfico 24 - Activos Externos Líquidos dos Bancos Comerciais	40
Gráfico 25 - Empréstimos ao Sector Privado	40
Gráfico 26 - Stock de TIM e TRM detidos pelas IFB	41
Gráfico 27 - Operações Financeiras do Estado.....	45
Gráfico 28 - Distribuição Funcional das Despesas em 2009.....	48
Gráfico 29 - Distribuição Funcional das Despesas do SPA.....	48
Gráfico 30 - Dívida Pública Interna.....	49
Gráfico 31 - Distribuição da Dívida Pública Interna por Sectores Institucionais	50
Gráfico 32 - Dívida Pública Interna/Receitas Orçamentais.....	51
Gráfico 33 - Juros da Dívida Interna/Receitas Orçamentais.....	51
Gráfico 34 - Índices de Taxas de Câmbio Efectivas Nominal e Real	52
Gráfico 35 - Saldo da Conta Corrente em % PIB e o Impacto dos Preços dos Combustíveis	54
Gráfico 36 - Taxa de Crescimento Exportações e Importações e Rácio de Cobertura	54
Gráfico 37 - Défice da Conta Corrente e Fluxos de Capital.....	55
Gráfico 38 - Principais Fontes de Financiamento do Défice da Conta Corrente	55
Gráfico 39 - Balança Corrente – Composição	56
Gráfico 40 - Receitas de Turismo e Remessas de Emigrantes	58
Gráfico 41 - Evolução do Crédito e Depósitos – 2008-2009.....	64
Gráfico 42 - Provisões <i>versus</i> Créditos	65
Gráfico 43 - Evolução das Principais Rubricas do Activo	71
Gráfico 44 - Evolução das Principais Rubricas do a Passivo.....	73
Gráfico 45 - Evolução do Resultado Líquido do Sector	75
Gráfico 46 - Estrutura de Carteira	77
Gráfico 47 - Taxa de Sinistralidade Global	80
Gráfico 48 - Liquidez Bancária por Período de Manutenção das DMC	86
Gráfico 49 - Taxas: TIM e TRM.....	87
Gráfico 50 - Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez – Depósitos <i>Overnight</i>	88
Gráfico 51 - Disponibilidades Mínimas de Caixa	89
Gráfico 52 - Notas em Circulação por Denominação em Valor – 2009.....	93
Gráfico 53 - Evolução Anual de Cartões produzidos e em Circulação.....	95
Gráfico 54 - Sistema Integrado de Compensação Interbancária e Liquidação – 2009.....	97
Gráfico 55 - Transferências Apresentadas à Compensação por Participantes – 2009	98

Índice de Quadros

Quadro 1 - Produto Interno Bruto e Inflação	17
Quadro 2 - Produto Interno Bruto – 2007-2009.....	20
Quadro 3 - Exportações de Mercadorias	25
Quadro 4 - Distribuição Geográfica das Exportações de Mercadorias	26
Quadro 5 - Importações de Mercadorias CIF	26
Quadro 6 - Distribuição Geográfica das Importações de Bens	27
Quadro 7 - Principais Indicadores de Turismo.....	28
Quadro 8 - Índice de Preços no Consumidor e suas Componentes	31
Quadro 9 - Nível de Reservas Externas do Banco Central.....	33
Quadro 10 - Principais Indicadores da Situação Monetária.....	34
Quadro 11 - Principais Componentes da Massa Monetária.....	35
Quadro 12 - Principais Indicadores da Situação Monetária.....	36
Quadro 13 - Base Monetária	38
Quadro 14 - Volume Global de Procura e Oferta no Mercado Primário.....	43
Quadro 15 - Volume Total de Transacções no Mercado Secundário	44
Quadro 16 - Principais Indicadores Orçamentais.....	45
Quadro 17 - Receitas da Administração Pública	46
Quadro 18 - Despesas da Administração Pública	47
Quadro 19 - Dívida Externa por Credores em 2009	52
Quadro 20 - Balança de Pagamentos	53
Quadro 21 - Balança de Serviços	57
Quadro 22 - Balança de Rendimentos	57

Quadro 23 - Evolução das Remessas de Emigrantes em Divisas	58
Quadro 24 - Evolução da Balança Financeira.....	59
Quadro 25 - Principais Indicadores da Dívida Externa	60
Quadro 26 - Transacções dos Cartões de Pagamentos e Terminais de Pagamentos.....	69
Quadro 27 - Principais Rubricas do Balanço Agregado do Sistema	70
Quadro 28 - Evolução dos Créditos e Provisões.....	71
Quadro 29 - Distribuição dos Depósitos por Prazos	72
Quadro 30 - Composição dos Depósitos por Grupo de Clientes.....	73
Quadro 31 - <i>Cost to Income</i> (Custos Operativos).....	74
Quadro 32 - Indicadores Financeiros	75
Quadro 33 - Impacto da Implementação dos IFRS	76
Quadro 34 - Taxa de Penetração e Densidade do Seguro	77
Quadro 35 - Evolução e Estrutura da Carteira.....	78
Quadro 36 - Evolução da Taxa de Cedência por Ramos de Seguros.....	79
Quadro 37 - Custos com Sinistros	79
Quadro 38 - Resultado Líquido Agregado.....	80
Quadro 39 - Provisões Técnicas.....	81
Quadro 40 - Cobertura das Provisões Técnicas por Activos	81
Quadro 41 - Composição dos Investimentos	82
Quadro 42 - Margem de Solvência	82
Quadro 43 - Indicadores de Desempenho	85
Quadro 44 - Cartões e Terminais da Rede Vinti4.....	91
Quadro 45 - Compensação das Transferências Interbancárias por Praça Troca Física – 2009.....	98
Quadro 46 - Circulação de Notas.....	99
Quadro 47 - Depósitos/Levantamentos.....	100
Quadro 48 - Contrafacção de Notas – Circuladas.....	100
Quadro 49 - Evolução da Emissão de Notas.....	101
Quadro 50 - Nível Académico	114
Quadro 51 - Participação em Acções de Formação.....	114
Quadro 52 - Balanço.....	117
Quadro 53 - Activo.....	120
Quadro 54 - Passivo	121
Quadro 55 - Demonstração de Resultados.....	122
Quadro 56 - Disponibilidades.....	134
Quadro 57 - Outras aplicações.....	135
Quadro 58 - Crédito a não Residentes.....	135
Quadro 59 - Carteira de Títulos Estrangeiros	135
Quadro 60 - Activos sobre Organismos Internacionais	136
Quadro 61 - Crédito ao Estado	137
Quadro 62 - Crédito a Outras Entidades.....	137
Quadro 63 - Activos Financeiros Emitidos por Residentes	138
Quadro 64 - Activos Fixos Tangíveis e Activos Intangíveis	139
Quadro 65 - Contas de Regularização Activas.....	140
Quadro 66 - Despesas com Custos Diferidos	140
Quadro 67 - Responsabilidades para com o Exterior	141
Quadro 68 - Responsabilidades para com Organismos Internacionais – MN.....	141
Quadro 69 - Responsabilidades para com Instituições Financeiras	142
Quadro 70 - Responsabilidades para com o Estado.....	142
Quadro 71 - Outros passivos.....	143
Quadro 72 - Exigibilidades Diversas.....	144
Quadro 73 - Contas de Regularização Passiva.....	144
Quadro 74 - Reservas.....	145
Quadro 75 - Resultado do Exercício	146
Quadro 76 - Margem Financeira.....	147
Quadro 77 - Contas Extra Patrimoniais	151

Caixas

Caixa I - Riscos e Incertezas da Retoma Económica Mundial	19
Caixa II - Avaliação do Sistema Financeiro	66
Caixa III - Adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro no Banco de Cabo Verde	123

NOTA PREAMBULAR

Nota Preambular

O ano de 2009 ficou marcado por forte instabilidade nos mercados financeiros internacionais provocada sobretudo pela crise de *subprime*, com impactos potencialmente muito elevados mas de dimensão desconhecida na rentabilidade e na solvabilidade de muitas instituições financeiras e com consequências nefastas, mas de amplitude incerta, sobre a economia mundial. Neste contexto, a economia global contraiu 0,6% em termos anuais (+3,0% em 2008), de acordo com as últimas estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), em consequência do prolongamento dos efeitos da crise financeira que teve início em Agosto de 2007.

O abrandamento da actividade económica ocorreu sobretudo nas economias avançadas, reflectida numa contracção da sua actividade de 3,2% em 2009, que compara com o crescimento de 0,5% ocorrido em 2008.

Ano e meio após os momentos mais difíceis da recente crise financeira, a economia mundial apresenta sinais claros de recuperação do crescimento. Com todas as principais áreas económicas do mundo a registarem já crescimentos positivos, é possível afirmar que a recessão global que marcou o final de 2008 e início de 2009 terá ficado para trás. Esta recuperação da actividade económica resultou, essencialmente, de três factores:

- Dos estímulos muito agressivos das políticas monetária e orçamental levadas a cabo nas principais economias. Juros historicamente baixos e injeções massivas de liquidez estabilizaram o sistema financeiro e facilitaram um processo de desalavancagem (ou correcção de elevados níveis de endividamento) entre empresas, famílias e instituições financeiras. Ao mesmo tempo, a adopção de medidas de política orçamental fortemente expansionistas tem vindo a suportar o crescimento do consumo privado e do investimento;
- Da inversão no ciclo de gestão de *stocks*. Se no contexto da crise a procura vinha sendo satisfeita essencialmente através do escoamento de *stocks*, com a recuperação em vista, a procura tenderá a ser satisfeita através de nova produção e de um investimento na reposição dos *stocks*, com resultados a nível do crescimento do PIB;
- Do aumento da produção que tem resultado numa recuperação dos fluxos de comércio internacional, com impacto positivo na procura externa líquida e, logo, no PIB de diversas economias. De referir que neste processo de recuperação económica, um facto importante a se ter em conta é que a retoma em curso esta sendo feita com vários motores (China, Índia, Brasil, Estados Unidos da América).

Se se vislumbram já sinais de maior optimismo e perspectivas positivas para o curto prazo, é importante ter presente que subsistem ainda diversos factores de risco, que justificam uma enorme cautela e que poderão moderar o crescimento a médio prazo. Entre os factores de risco, destacam-se: (1) a pressão crescente sobre os Governos para inverterem a tendência de subida dos défices e dívida públicos através de medidas de política mais restritivas; (2) a tendência de subida do desemprego e os níveis de endividamento ainda

elevados das famílias e empresas, que justificam uma baixa propensão à despesa; e (3) a persistência de um ciclo do crédito ainda com baixo suporte ao crescimento.

Um ponto importante, que tem atravessado principalmente as economias da Zona Euro, tem a ver com a questão do risco soberano. As preocupações com o forte desequilíbrio das contas públicas da Grécia têm vindo a propagar-se a economias como Portugal e Espanha e, em menor grau, Irlanda e Itália, questionando-se já da viabilidade futura do modelo económico desta importante zona da economia mundial.

Estes desenvolvimentos adversos da conjuntura externa repercutiram-se na evolução da actividade económica nacional. Com efeito, a economia nacional voltou a registar um abrandamento no seu ritmo de crescimento, tendo o PIB apresentado uma taxa de crescimento de 4% em termos reais (contra os 6,1% registados em 2008). A atestar a evolução do produto, o indicador de clima económico do INE apresentou, ao longo de 2009, uma trajectória em geral descendente, em resultado do enfraquecimento do nível de confiança dos agentes económicos na quase generalidade dos sectores de actividade, mas sobretudo nos sectores do turismo, construção e transportes.

Fruto da desaceleração da actividade económica nacional, a conta corrente acusou um desempenho menos desfavorável que o registado no ano anterior (défice de 12,3% do PIB face aos 14,9% registados em 2008). Esta evolução decorreu essencialmente da melhoria registada no défice da balança comercial (de 53% do PIB para 49,9% registados em 2008) e das transferências correntes (+3,6 pp.), reflectindo o comportamento positivo dos donativos, porquanto as remessas de emigrantes estagnaram e o *superavit* da balança de serviços registou uma ligeira redução. O comportamento menos desfavorável da conta corrente compensou a redução que se registou ao nível do saldo da conta de capital e operações financeiras, num contexto de queda significativa do investimento directo estrangeiro. Globalmente a balança de pagamentos acusou estes desenvolvimentos, quando se assistiu a uma redução das reservas internacionais líquidas do país.

A situação das contas do Sector Público Administrativo (SPA), em 2009, ficou marcada por uma deterioração significativa nas suas principais componentes, reflectindo o contexto de abrandamento da actividade económica nacional a que se acrescenta o conjunto de medidas anticíclicas adoptadas, com destaque para a redução da carga fiscal. Sendo assim, o saldo público global, incluindo donativos, foi negativo, atingindo o montante de 8.058 milhões de escudos, representando um défice de cerca de 6,8% do PIB, um agravamento de 5,8 pp. relativamente ao ano anterior. Por se turno, o esforço de investimento público que se vem realizando contribuiu para o aumento da dívida pública.

A taxa de inflação apresentou ao longo de 2009 uma tendência decrescente que culminou com o registo de uma taxa média de 1,0%. Seguindo a mesma tendência, a taxa de variação homóloga acumulou baixas sucessivas, atingindo em Outubro de 2009 os 3,2% negativos, o valor mais baixo dos últimos anos, tendo registado no final do ano em referência os 0,4% negativos. A diminuição constante da taxa homóloga ocorreu, essencialmente, na sequência da redução dos preços dos produtos energéticos, industriais e alimentares em virtude da evolução mais favorável dos preços das *commodities* a nível internacional conjugada com as alterações administradas no preço dos produtos petrolíferos, por parte da Agência de Regulação Económica (ARE) nos últimos meses de 2008.

Em consonância com a evolução da actividade económica, em 2009 registou-se uma degradação na posição externa líquida do sistema, sobretudo ao nível do banco central, mas também em relação aos Activos Externos Líquidos das Instituições Financeiras Ban-

cárias, com impacto contraccionista na evolução da Massa Monetária. Neste contexto, a expansão da massa monetária no período resultou essencialmente do crescimento do Crédito à Economia, cujo andamento foi no entanto condicionado pela desaceleração da actividade económica.

A execução da política monetária pelo BCV centrou-se no objectivo de preservação de um nível adequado de reservas externas, permitindo o cumprimento da meta quantitativa fixada para esta variável no acordo *Policy Support Instrument (PSI)*, firmado com o Fundo Monetário Internacional, contribuindo igualmente para a salvaguarda do regime cambial de *peg* fixo ao euro.

Com efeito, ao longo do ano e no quadro do acordo do PSI, o comportamento macro-económico da economia cabo-verdiana foi sendo monitorizado por diversas missões do FMI que visitaram o país, realizando-se a última já no decurso do primeiro semestre do ano em curso com uma avaliação positiva, constatando no entanto os efeitos da crise, que vêm afectando principalmente os fluxos de investimento directo estrangeiro e as remessas de emigrantes.

De igual modo, o risco do país vem sendo regularmente avaliado pelas agências internacionais de *rating*. É assim que na sua última avaliação (Maio de 2010), a agência de notação financeira *Fitch Ratings* confirmou o risco soberano de Cabo Verde em “B+” com uma perspectiva estável. No que respeita à dívida pública do Governo de Cabo Verde, a *Fitch Ratings* manteve a classificação da dívida externa de longo prazo em “B+” e da dívida interna em “B-”. Esta classificação confirmou a solvência do Governo e a confortável posição financeira externa, evidenciada pelo nível de reservas externas medida em meses de importações, num contexto de crise financeira internacional, quando o *stock* da dívida atingiu os 60% do PIB em 2009.

Segundo as estimativas da *Fitch*, a dívida poderá atingir os 78% do PIB no final de 2011 se todos os projectos de investimento, financiados com recursos externos concessionais, forem executados conforme previsto. Mesmo assim, a *Fitch* é da opinião que a classificação está consistente com as previsões de aumento da dívida, quando se espera que os investimentos públicos resultem em crescimento económico.

É também de se referir que a posição de Cabo Verde no *ranking* global “*Doing Business - 2010*” (classificação na facilidade de fazer negócio) melhorou, graças à implementação de medidas destinadas a remover os constrangimentos que têm constituído entrave ao desenvolvimento do sector privado. Contudo, é ainda evidente a existência de um conjunto de barreiras, nomeadamente, ao nível da obtenção de alvarás de construção, do acesso ao crédito e da própria protecção ao investidor, que importa ultrapassar no sentido de promover a dinamização do referido sector.

Em resumo, pode-se afirmar que se confirmam os sinais de recuperação económica, ainda que marcados por diversos graus de incerteza e preocupações.

O documento ora em apresentação encontra-se estruturado em duas partes, sendo que na primeira é apresentada uma revista económica contendo os desenvolvimentos nos principais sectores da actividade económica nacional e na segunda parte são apresentadas as contas de gerência do Banco de Cabo Verde.